

Marechal, marquês e senador Política, nobreza e guerra no Segundo Reinado a partir da trajetória do general Osório (1808-1879)

Jonas Moreira Vargas¹

Resumo

O Rio Grande do Sul foi erigido sob uma realidade fronteiriça e belicosa, onde os senhores da guerra exerceram, desde o século XVIII importante influência na sociedade local. Desse processo histórico resultou uma elite política que apresentava fortes vínculos familiares com altos oficiais militares. De famílias abastadas, muitos deles também foram agraciados com títulos de nobreza pelo imperador. Manoel Luís Osório (1808-1879) foi a um só tempo, senador, marquês e marechal, ou seja, ocupou o topo das elites política, nobiliárquica e militar. O presente texto visa investigar a sua trajetória e, a partir dela, analisar como as elites regionais participavam do mundo da alta política que conectava a província com o mundo da Corte, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: General Osório. Guerra do Paraguai. Política imperial.

Desde que o Brasil se tornara nação independente, o Rio Grande do Sul jamais esteve tão perto do governo central quanto no último decênio da monarquia. A nomeação de Gaspar Silveira Martins para o Ministério da Fazenda e do general Manuel Luís Osório para a Pasta da Guerra, em 1878, colocou, pela primeira e única vez na monarquia, dois rio-grandenses num mesmo gabinete ministerial. Anos depois, outros seis rio-grandenses também se tornariam ministros, e alguns deles acumularam uma cadeira no Senado, ou seja, em 11 anos (1878-1889), o Rio Grande obteve o dobro de ministros que tivera nas décadas anteriores somadas. A Revolta dos Farrapos (1835-1845), jamais esquecida pelos que nela lutaram, havia ensinado

¹ Doutorando em História Social pela UFRJ – Bolsista CNPq.

Recebido em 8/11/2010 - Aprovado em 1º/12/2010
Publicado em agosto de 2011

aos estancieiros rebeldes e aos seus filhos e netos que o conflito armado contra o Império talvez não fosse a melhor maneira de defender os seus interesses políticos e econômicos. Nesse sentido, ao invés da insurreição, a participação direta no próprio governo central, algo que era buscado anteriormente, afirmou-se como a principal alternativa das famílias ricas da província.

Mas o “recrutamento” de rio-grandenses para compor o governo central foi circunscrito a um pequeno grupo de famílias e ocorreu numa conjuntura política específica e num momento favorável aos rio-grandenses. Com o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), a consequente crise econômica e a insatisfação das elites de diversas províncias para com o centralismo do sistema administrativo e tributário, cresceram as manifestações republicanas e federalistas, contribuindo para abalar as estruturas da monarquia. Esses anseios federalistas foram sentidos pelo governo central e, em decorrência disso, o próprio rosto da elite política imperial foi tomando novas formas. José Murilo de Carvalho demonstrou que, se nas primeiras décadas um número diminuto de províncias ocupava o governo central, nas últimas o acesso ao poder político havia se tornado mais facilitado para as elites mais periféricas. O Rio Grande do Sul, juntamente com outras províncias, acabou ocupando parte desses espaços, em detrimento de Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, onde muitos membros das elites migraram para os seus respectivos partidos republicanos.¹

Mas os rio-grandenses também foram favorecidos por outro motivo. Se a

Guerra do Paraguai provocou certa crise política e econômica em nível nacional, regionalmente acabou beneficiando muitos rio-grandenses. Os dirigentes da Corte sabiam, inclusive o imperador, que a vitória naquela campanha militar não teria sido possível sem o empenho do general Osório e dos estancieiros daquela província. Esses homens haviam arriscado as suas vidas, despendido as suas fortunas e mobilizado as suas gentes numa luta que também lhes interessava, pois envolvia muitos dos seus negócios no mundo platino. Além disso, divididos em diversas facções, todos os anos eles mobilizavam as suas clientelas na busca da vitória nas eleições, tentando garantir a maioria parlamentar aos gabinetes “amigos”, que em troca lhes concediam relativa autonomia nas suas localidades. Com o término da guerra, a retribuição real foi dada em cargos políticos, comandos militares e da Guarda Nacional e títulos de nobreza.

Dentre essas retribuições, nenhuma foi maior que a nobilitação dos guerreiros da província. Quase 70% dos títulos recebidos pelos rio-grandenses durante o período imperial foram concedidos após a Guerra do Paraguai. Dentre esses, 78% receberam seus títulos por terem tido um envolvimento direto com a guerra, sendo 63% em combate e 15% financiando o conflito economicamente. Estancieiros de diferentes níveis de fortuna tornaram-se barões por mérito militar e em suas mais distantes localidades tiveram a sua posição de elite local sacralizada pela bênção do rei. Tal ato conferia poder e *status* às suas famílias e auxiliava na reprodução

das hierarquias sociais em suas paróquias de origem. O pertencimento à rede clientelar de um indivíduo nobilitado ou de um político com algum cargo no governo central possibilitava um melhor acesso aos diversos recursos materiais e imateriais que emanavam do mundo da Corte.²

Se a Guerra do Paraguai fez o Império voltar seus olhos para o Rio Grande e se a conjuntura política pós-guerra favorecia o “recrutamento” de indivíduos de províncias mais periféricas, tal fenômeno possuía os seus limites. Nenhum rio-grandense com base eleitoral na província foi escolhido para ocupar a poderosa Pasta da Justiça, por exemplo.³ Os rio-grandenses eram geralmente lembrados para “comandar” o Ministério da Guerra. Dos 13 ministros que a província teve ao longo de toda a monarquia, sete ocuparam a Pasta da Guerra. De fato, esta foi a única repartição do governo imperial em que o Rio Grande do Sul conseguiu impor alguma tradição com relação às outras províncias. Entre 1832 e 1889, 52 homens ocuparam o Ministério da Guerra, sendo 11 da Corte, sete do Rio Grande do Sul, sete de Portugal e sete baianos, apenas para citar as principais regiões representadas (o restante estava distribuído pelas outras províncias).⁴ O fato é que o governo central olhava para o Rio Grande não apenas como uma reserva de soldados, mas também de oficiais que sabiam organizá-los e administrar as suas repartições, apesar de a escolha dos ministros também estar ligada a interesses partidários.

A análise da trajetória política e militar do general Osório envolve as três es-

feras sociais aqui mencionadas, as quais dependiam uma da outra. Ao ser agraciado com o título de marquês do Herval, em 1869, ele se tornou o rio-grandense com a mais alta nobilitação na província. Após a guerra, Osório foi o militar mais respeitado e venerado não apenas no Rio Grande, mas em todo o Império, superando, inclusive, o seu amigo duque de Caxias.⁵ Politicamente, Osório tornou-se ministro de Estado e senador, ou seja, ocupou o topo da elite política nacional. O Osório militar se utilizava de suas amplas redes sociais com seus camaradas do Exército para obter ganhos eleitorais na política e ampliar o poder do Partido Liberal. O Osório político reconvertia os bens obtidos com seus aliados para ampliar suas relações dentro das Forças Armadas, ascender na carreira, perseguir adversários, utilizando-se da estrutura e organização militar em benefício próprio e de sua clientela. E o Osório nobilitado pela Coroa reforçava os ganhos obtidos em ambas as esferas, pois, agindo não somente como general, mas também como marquês, ele conquistava o respeito e admiração de todas as famílias ricas e nobres do Império, pois aos olhos de muitos os seus atos eram reconhecidos pelo rei.

Portanto, compreendendo essa relação articulada entre as três esferas descritas e acompanhando a trajetória do general Osório, buscarei demonstrar igualmente parte do funcionamento do sistema político imperial. As engrenagens de tal sistema eram movimentadas por centenas de *mediadores políticos*, que, assim como Osório, conectavam suas paróquias de origem com as capitais das províncias

e estas com o governo central. Esses indivíduos, juntamente com suas famílias e aliados, além de defender seus próprios interesses, buscavam captar recursos materiais e imateriais para suas comunidades e tornavam-se porta-vozes entre a população local e governo central, e vice-versa, como demonstrarei adiante.

De Manoel Luís à general, marquês e senador

O terceiro de dez filhos, Osório nasceu em agosto de 1808 na estância dos seus avós maternos, em Conceição do Arroio, próximo ao litoral norte da província. Seu pai, também Manoel, era bisneto de imigrantes açorianos que tinham vindo para Santa Catarina décadas antes. Migrando para o sul, ele trabalhou como peão na fazenda do tenente reformado Tomás Luis Osório. Manoel acabou se casando com a filha do seu patrão e posteriormente registrou seus filhos com o sobrenome do sogro, não com o seu, que era “Silva Borges”. Acompanhando o pai nas guerras do Prata, Osório acabou se encaminhando à carreira das Armas. Seus biógrafos ressaltam que o desejo do jovem soldado sempre fora estudar na Corte, mas os poucos rendimentos da família inviabilizaram tal projeto. De acordo com Francisco Doratio, “essa frustração acompanhou Osório por toda a vida”. Ele sempre reconheceu o valor da educação e investiu pesado nos estudos dos seus três filhos homens – todos bacharéis em direito.⁶

Com 14 anos de idade, Osório assentou praça no regimento de cavalaria ligeira do Exército, em maio de 1823. Um ano de-

pois, foi declarado 1º cadete e com o início do conflito na Cisplatina, em 1825, partiu para Montevideú, onde fez parte do corpo de cavalaria comandado pelo estancieiro Bento Manoel Ribeiro. Compadre do uruguaio Frutuoso Rivera e bastante influente na região da Campanha, Bento também comandaria Osório uma década depois na Guerra dos Farrapos. Aqui é necessário relatar outro episódio bastante destacado pelos seus biógrafos e que será importante na trajetória de Osório. Antes da guerra, o jovem soldado era simpaticante do grupo liberal moderado e aderiu ao movimento de 1835, assim como seu pai e Bento Manoel. Mas como os dois últimos aderiram ao lado legalista, Osório, por dupla obediência (paterna e militar), acabou juntando-se aos mesmos. Futuramente, esse fato acabaria beneficiando Osório, pois um passado legalista reforçava sua imagem como defensor da Coroa, favorecendo-o nas promoções e no recebimento do título de nobreza, já que nenhum ex-farroupilha ocupou um cargo político na Corte e praticamente todos os títulos de nobreza foram concedidos a ex-legalistas.⁷

Terminada a guerra, Caxias pediu apoio político de Osório para eleger-se senador no Rio Grande do Sul. Na mesma eleição, ele foi convencido pelo próprio Caxias a se candidatar para deputado provincial. Osório mobilizou seus amigos estancieiros e ambos acabaram se elegendo. Entretanto, o militar rio-grandense não participou de nenhuma sessão legislativa, pois preferia influir na política provincial fora do Parlamento.⁸ A vitória nos pleitos e o combate na Guerra dos Farrapos resul-

taram numa longa amizade entre Caxias e Osório. Ter aliados no Rio de Janeiro era de fundamental importância para um militar. Os contatos estabelecidos com o governo central eram importantes, pois favoreciam as promoções. O Exército era pouco profissionalizado e somente com a reforma de 1850 foram criadas regras baseadas na meritocracia para a promoção de oficiais, as quais, mesmo assim, nem sempre eram respeitadas.⁹

Com a província pacificada, as atividades parlamentares e administrativas aos poucos foram retomando a sua normalidade. Foi exatamente nesse período que Osório iniciou a sua efetiva atuação na política provincial. A sua liderança militar na região da Campanha permitia-lhe cabalar votos num contato direto com o eleitorado. Os oficiais militares e da Guarda Nacional possuíam um enorme poder na política paroquial, pois podiam prender e/ou recrutar os votantes adversários (e seus familiares) e proteger os votantes amigos. Como demonstrei em pesquisa anterior, na década de 1850 Osório tornara-se o núcleo de uma rede de relações que envolviam dezenas de estancieiros espalhados pela província e que exercia importante papel na política provincial.¹⁰

Isso fazia com que os líderes parlamentares os procurassem periodicamente para apoiar as suas candidaturas nas eleições. Em 1855, por exemplo, o candidato Luís Bello escreveu a Osório pedindo apoio eleitoral para outros dois amigos: Félix da Cunha e José Cândido Gomes, “cujas candidaturas são das mais fracas; quanto ao primeiro, por não ser ainda conhecido;

quanto ao segundo, porque lhe fazem muita guerra os adversários; eu rogo a V. S. o obséquio de empenhar-se especialmente a favor deles”.¹¹ Cândido era redator-chefe do *Mercantil*, folha liberal onde seu amigo Félix publicava artigos políticos. Dias depois, Felipe Nery, dono e redator do *Correio do Sul*, escreveu a Osório reforçando os pedidos de Bello:

Peço a V. Ex. para tomar sob sua especial proteção, além da deste seu criado, as candidaturas do Ubatuba, Caldre Fião, Abrahão dos Santos e Félix Xavier da Cunha. Os três primeiros sei que tem em V. Ex. um procurador nato; mas o quarto (Cunha) sendo-lhe menos conhecido, não merece menos o interesse de V. Ex. É muito talentoso, bom advogado e melhor poeta; é sumamente probo e denodado e o único defeito que lhe noto é puxar demasiado para um liberalismo exaltado próprio dos seus poucos anos. Escreve para o *Mercantil* algumas vezes, porém, apesar disso temos feito excelente liga e nos entendemos.¹²

O jovem advogado Félix da Cunha contava com apenas 23 anos e acabou sendo eleito deputado provincial. O crescimento da popularidade de Osório fazia com que a sua opinião pesasse diante de seus companheiros. Além disso, ao mesmo tempo que ampliava o círculo de aliados na Contra-Liga, Osório atraía a ira dos adversários políticos da Liga. Um de seus principais adversários era o presidente da província, Ângelo Ferraz, que tendo assumido o gabinete em 1859, esboçando uma política conservadora, tornou-se um problema para as pretensões políticas de Osório. Sentindo-se ameaçado, Osório decidiu romper com antigos aliados da Contra-Liga e organizou,

juntamente com o ex-farroupilha David Canabarro e outros estancieiros, o Partido Liberal histórico. Para isso, precisava de aliados dentro do Parlamento e escolheu o jovem Félix da Cunha para ser seu principal deputado:

O Conselheiro Ferraz acaba de nos dar o exemplo, de apontar-nos o caminho, organizando o Gabinete atual todo do lado *conservador*, segundo a comunicação que tive do Caxias. Parece, portanto, que se pôs em termo à doutrina da tolerância política, da liga e contra-liga, da conciliação dos partidos, que, quem, como eu, andava emprestado à tal doutrina, votando por *homens* e não por *princípios*, aproveitei a oportunidade para desfraldar a bandeira das verdadeiras crenças, que trazia enrolada. Eu estou resolvido a isso. Consulte, por conseguinte, ao senhor, que sabe mais do que eu: está disposto a acompanhar-me? Se está, vamos adiante; e desde já lhe aviso que o senhor será o meu primeiro candidato à Geral na próxima eleição, pois entendo que assim devemos começar agindo logo, e a sua vitória nas urnas é o nosso primeiro passo *real* que ficará dado. Se o senhor tiver a fortuna de ser eleito, será isso uma base para a formação do *partido liberal*. Em torno de sua pessoa se reunirão os nossos amigos, e... a sua inteligência fará o resto. Pense, e resolva. Não temos tempo a perder.¹³

Nas primeiras eleições gerais de que participou, em 1860, o novo partido saiu vitorioso e Félix da Cunha foi eleito para representar a província na Corte. O sucesso do jovem bacharel na Câmara dos Deputados trouxe de volta do Rio um antigo amigo e colega de faculdade. Em 1861, Gaspar Silveira Martins regressava para a sua província. O seu talento chamou

muito a atenção de Osório, que o queria lançar candidato. No entanto, a sua entrada no partido não foi nada tranquila, pois muitos estancieiros se opuseram. Diziam que elegê-lo “era perder tempo e trabalho e trancar o lugar que poderia ser servido por outro que não fosse magistrado, que contasse melhores serviços, que não vivesse ausente e não tivesse abandonado sua terra para ir procurar emprego fora dela”.¹⁴

Osório, no entanto, apostou no jovem Gaspar. Disse que o partido devia recrutar homens de talento, não importando onde estivessem. E garantiu que, se ele fosse eleito, viria da Corte para tomar posse na província. Osório concluiu: “Não há motivo para que não venha; é moço, terá aspirações e quererá aparecer.”¹⁵ Silveira Martins foi incluído na lista e conseguiu se eleger à deputação provincial. Da Corte escreveu a Osório agradecendo-lhe:

Meu caro General [...] aqui vi o resultado da eleição Provincial, e dou-lhe mil agradecimentos pelo que por mim fez; sei quanto é difícil apresentar um candidato que por si nada fez, nem mesmo pede, mas a minha posição e ausência a isso me obrigaram; magistrado, longe da Província, eles me perguntariam: que quereis aqui? – e não me acreditariam ainda que eu seja homem de sempre falar a verdade. O que lhe peço é que V. Ex. dê suas ordens a quem muito folga de cumpri-las, por ser de V. Ex. patricio, amigo obrigadíssimo.¹⁶

Osório havia consolidado a sua liderança no Partido Liberal orientando e escolhendo candidaturas, mesmo fora do Parlamento. Em época eleitoral, até os rivais pediam o seu apoio. Em dezembro de 1860, por exemplo, um político conserva-

dor lhe escrevia: “Reitero à V. Ex. o meu pedido em favor da candidatura de meu irmão Dr. Israel, pelo 1º distrito. V. Ex. graças ao prestígio que lhe dão suas virtudes [...] tem a grande vantagem de popularizar as candidaturas, dando-lhes o apoio da opinião pública.”¹⁷ Esse apoio era difundido por meio de cartas. Osório assinava uma série de circulares aos eleitores, e os candidatos encarregavam-se de distribuí-las pelo seu distrito.

Em contrapartida, Osório encaminhava aos deputados os pedidos dos eleitores. Em 1857, por exemplo, os cidadãos de São Borja lhe escreveram pedindo que ele intermediasse seus pedidos junto à Câmara dos Deputados. Prontamente, Osório escreveu a Luis Bello requisitando “alguns melhoramentos para o Município, dos quais há realmente muita urgência”. Em uma extensa carta, ele enumerava uma série de solicitações, dentre as quais a construção de uma ponte, uma barca para o transporte de animais, três aulas públicas, melhores salários para os professores, um canal e a reanexação de Cruz Alta, pois os cofres dos são-borjenses estavam sendo prejudicados com a emancipação daquela vila.¹⁸ Atendendo às solicitações, os deputados davam retorno aos pedidos de Osório: “De muito bom grado abracei todas as suas bem pensadas e justiceiras indicações no bem do nosso país e patrícios, etc., etc. Na Câmara farei quanto em mim couber para ver realizadas as suas e as minhas esperanças e ali aguardo todas as ordens e qualquer benéfica intervenção que lhe ocorra [...]”¹⁹ O não cumprimento das promessas podia desencadear muitos conflitos,

sendo o fim do pacto entre ambos uma consequência desses.

Assim como Félix, Gaspar, Cruz Seco e Bello, outros tantos candidatos compunham as listas dos partidos políticos e necessitavam do apoio desses estancieiros. Entretanto, acabavam se tornando um tanto dependentes pois a cada eleição as alianças deviam ser renovadas e os eleitos deviam atender às reivindicações do seu eleitorado; caso contrário, os estancieiros podiam retirar o seu apoio a um candidato e oferecê-lo a outro.²⁰ Um episódio envolvendo o próprio Félix da Cunha exemplifica a quebra dessa relação de confiança. Em abril de 1861, muitos estancieiros que ajudaram a eleger Félix queixaram-se a Osório de que o jovem deputado não lhes respondia as cartas e pedidos, o que obrigou o político a dar satisfações:

Notei, não sei se com razão, que V. Ex. tratando-me de um modo mais sério do que costuma, quis me fazer sentir o seu ressentimento por falta de cartas minhas. Essa falta eu não a nego. Porém se V. Ex. me não conhece teria ocasião para ofender-se, mas, sabendo o quanto lhe devo, e quanto o amo e considero, não deveria aumentar em mim a dor que me causa essa falta, com a dor de o supor molestado [...]. Estou em falta com todos os nossos amigos. E sempre recei que acontecesse o que está acontecendo, que me interpretasse mal, e julgasse da minha gratidão e amizade pelos terríveis indícios de um silêncio que a ninguém é mais doloroso do que a mim. Espero pois que V. Ex. não só me desculpará, como ainda servirá de meu advogado contra as queixas de nossos amigos.²¹

Tal erro não foi perdoado pelos estancieiros e Félix da Cunha não foi mais eleito à Câmara dos Deputados. Essas cobranças

eram correntes, porque envolviam confiança e lealdade entre políticos e estancieiros. Quando um pedido era recusado ou uma carta não era respondida, os acordos implícitos pareciam estar sendo quebrados. Nesse sentido, deputados e senadores eram sempre devedores, uma vez que nunca chegavam sozinhos aos altos cargos políticos. Outro exemplo pode ser dado pela carta que o estancieiro João Borges Fortes escreveu ao pai de um deputado cobrando sobre o filho que não mandava notícias políticas: “O nosso deputado Dr. Severino foi muito preguiçoso; não me quis escrever e desse modo continuo a viver nas trevas.”²²

Tais negociações e relações são apenas visíveis aos que olham a política para além dos parlamentos.²³ Nesse sentido, somente a pesquisa em determinadas fontes ajuda a revelar a liderança política exercida por Osório. A historiografia gaúcha construiu todo o quadro político-partidário do Segundo Reinado baseada nos discursos parlamentares, nos programas partidários e nos editoriais de imprensa.²⁴ Ora, o general Osório não discursava e tampouco escrevia artigos como seus colegas bacharéis. Portanto, a utilização dessas fontes resulta em uma história restrita ao pequeno círculo intelectual dos jornalistas e políticos letrados. Além do mais, a Assembleia Legislativa provincial funcionava cerca de dois meses por ano, havendo anos em que nem funcionou. Levando-se em conta que um diminuto número de deputados concentrava os principais discursos e que muitos eram responsáveis pelos editoriais de imprensa, a leitura dessas fontes oferece uma visão limitada da política provincial.

Não é a toa que a historiografia rio-grandense enaltece a figura de Gaspar Silveira Martins. Uma história política do Segundo Reinado construída com base somente nas fontes parlamentares não poderia deixar de destacar um dos maiores oradores do Parlamento nacional. Ieda Gutfriend considerava Gaspar a “expressão de uma vontade coletiva”.²⁵ Para Sérgio da Costa Franco, os outros não passavam de “políticos de aldeia”.²⁶ Já Helga Piccolo afirmou que na fundação do Partido Liberal Osório prestou apenas “apoio e colaboração”.²⁷ Em outros trabalhos, o militar rio-grandense só é lembrado na conhecida briga que teve com Silveira Martins, em 1879, quando o partido se dividiu entre gasparistas e osoristas.²⁸ Não é coincidência que a maior parte dessas pesquisas tenha se utilizado dos discursos parlamentares ou dos editoriais de imprensa como principal fonte documental.

Tal abordagem acaba por omitir a intensa ação política e as negociações entre estancieiros e candidatos anualmente renovadas. Como demonstrei anteriormente, Osório abraçou e defendeu a candidatura de Gaspar no início de sua carreira. O paradoxal é que os próprios anais do Parlamento indicam a posição de Osório dentro do partido. Uma leitura mais atenta, como a que foi feita por Valmireh Chacon, veria que o próprio Gaspar admitia a liderança de Osório. No seu discurso de 21 de abril de 1874, dizia o deputado: “O chefe do Partido Liberal na província, Sr. Presidente, é o General Osório [...]. Chefe sem rival pela sua alta posição no país.”²⁹ Num outro episódio, em 1879, Gaspar atacou Osório

na Câmara dos Deputados, que ouviu tudo calado. Perguntado se não responderia, o velho marechal disse que tratava Gaspar como um filho e que o havia ajudado na ascensão à carreira, enviando cartas a amigos e elegendo-o.³⁰ O troco dado pela insubordinação de Gaspar foi imediato. Osório, como ministro, removeu muitos oficiais gasparistas e impôs à Presidência da província o seu parente, Carlos Thompson Flores. Entretanto, o seu falecimento em 1879 deixou o caminho aberto para a liderança de Silveira Martins.

É importante ressaltar que não está em jogo quem era mais influente ou não dentro do partido, mas, sim, que a política fora do Parlamento era tão ou mais importante. Também não quero desqualificar a utilização dos discursos parlamentares como fonte documental. O seu uso e as pesquisas realizadas a partir desses trouxeram grande contribuição à historiografia gaúcha acerca deste tema. No entanto, essa mesma política ultrapassava a figura de Silveira Martins e os debates dos deputados. A trajetória de Osório, nesse sentido, ajuda a iluminar a de tantos outros estancieiros (mas também, comerciantes e charqueadores) que, mesmo não participando da política parlamentar, eram fundamentais na conquista das eleições e influíam diretamente na política pressionando seus candidatos. Como demonstrei em pesquisa anterior, juntamente com suas famílias, eles investiam na formação dos filhos, preparando-os, orientando-os e supervisionando-os em suas carreiras parlamentares. Quando um deputado discursava, não estava somente defendendo um

conjunto de ideias recheadas de frases retóricas, mas também representando uma família e uma extensa clientela que havia o investido de tal função.³¹

Conforme José Murilo de Carvalho, os militares, juntamente com os magistrados e os padres, tiveram importante representação entre os ministros de Estado e senadores antes da década de 1850. Foi somente nessa época que começaram a ser afastados da alta política. O duque de Caxias e o general Osório foram algumas das exceções, mas conseguiram o apoio eleitoral necessário para ingressar na política em razão do seu sucesso nos campos de batalha. Tal fenômeno foi consequência do processo de profissionalização que o Exército viria a sofrer na década de 1850, juntamente com a lei eleitoral de 1855, que dificultava a eleição dos mesmos.³² Conforme Celso Castro, as transformações no exército brasileiro acompanhavam as mudanças nos Exércitos internacionais. A introdução de academias visava profissionalizar os oficiais.³³

Em 1850, o plano de carreira foi racionalizado, “impedindo promoções rápidas motivadas por vínculos de origem política ou aristocrática e estabelecendo alguns requisitos acadêmicos”. Conforme Castro, “a adoção de regras racionais e burocráticas de ascensão na carreira diminuiu a atração que a carreira militar poderia exercer sobre os membros da elite, já que reduzia as possibilidades de ascensão através de laços de parentesco ou de apadrinhamento político”. Apesar do alto grau de profissionalização dos oficiais, “o mesmo não ocorria com o resto da corporação, e somente

décadas depois as praças sofreriam tal transformação”.³⁴

A precariedade entre as praças favoreceu a liderança pessoal de Osório sobre essas. Conforme Wilma Costa, a sua popularidade entre as tropas não possuía rivais.³⁵ Em algumas oportunidades ele pagou o soldo dos soldados com dinheiro do seu próprio bolso ou por meio do crédito que possuía com os amigos; em outras, comprou sua farda e os levou para trabalhar em sua estância. Osório exercia sobre eles uma notável liderança, relação que aumentava a cada guerra, atingindo seu ápice no Paraguai. Entretanto, em 1865, quando foi nomeado comandante do Exército brasileiro, muitos políticos da Corte criticaram a sua escolha. Osório não era conhecido e muitos viam nele um “gauchão desempenado”, “demasiado politiqueiro” e homem “inculto”. Mas logo que assumiu o comando, sua importância foi reconhecida e o próprio imperador acabou interferindo: “Já está no lugar e prestando serviços relevantes. No Exército todos o querem. Preciso é contentar as tropas.”³⁶

Osório sabia falar a língua dos seus comandados, pois havia trabalhado com os peões quando era jovem e aprendido a montar com eles na estância do avô. Quando chegava aos acampamentos, os recrutas se agitavam e, ao passar pelas cadeias, ele mandava libertar os de penas menores. Algumas vezes era enérgico e severo, mas, como perdoava muitas faltas, era recebido como “pai extremoso”.³⁷ Na época em que era comandante militar no Rio Grande do Sul, levava os oficiais para pescar ou para

fazer refeições na casa de sua mãe. Também foi criticado por não usar o uniforme regulamentar, uma vez que o poncho não fazia parte desse. Seus soldados lhe retribuíam votando nos seus candidatos e servindo como peões em suas terras. Osório era um típico patrão de estâncias, cuja clientela lhe era fiel e subserviente.³⁸

Em julho de 1866, por problemas de saúde, Osório passou o comando do 1º Exército ao general Polidoro – um oficial inexperiente e que nutria a antipatia da tropa. Em 1868, quando Caxias recebeu o comando unificado, clamou para que Osório retornasse ao Paraguai. Dezenas de cartas pediam o seu retorno, incluindo uma de Flores, que dizia a Osório que os orientais necessitavam de sua presença. A atuação conjunta de ambos foi essencial para a vitória brasileira. Os cavalarianos rio-grandenses andavam com a autoestima baixa e Caxias escreveu a Osório: “Fale a estes guascas aquela linguagem que nós sabemos, e verá como eles correm todos para o campo de combate.”³⁹ Osório, ao mesmo tempo em que falava a língua dos cavalarianos, era capaz de participar da vida cortesã ao lado do rei; circulava entre peões e damas da alta sociedade. Dominava ambos os códigos de conduta e, mais do que isso, era legitimamente reconhecido tanto pelos que frequentavam o palácio real quanto pelos caudilhos da fronteira. Investido do título de Marquês pelo rei e do cargo de senador pelo eleitorado do Rio Grande, Osório havia se tornado um *me-diador*...

Algumas notas sobre o “mediador”

A distância física e temporal entre os municípios do interior e Porto Alegre – principal centro político e administrativo – e entre o Rio Grande do Sul e a Corte constituía-se num obstáculo, de modo que somente alguns poucos indivíduos conseguiam transitar com distinção e dele obter ganhos. Os *mediadores* eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentro da sua “aldeia” e que eram responsáveis por vincular a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses ligados à sua clientela e que beneficiavam outras famílias da paróquia. O mediador possuía as chaves de acesso aos poderosos do centro decisório de um sistema maior e o poder de realizar essa conexão transformava-o num chefe político em potencial.

Os mediadores estão presentes em todas as sociedades agrárias e pré-industriais onde um centro político com fins centralizadores incorpora outras localidades outrora autônomas ou independentes – as periferias de um sistema. A análise do seu papel nessas sociedades vem sendo estudada por muitos antropólogos, historiadores e sociólogos. Para Sydel Silverman, o mediador é um tipo específico de intermediário, responsável por estabelecer uma conexão entre um sistema local e outro nacional, onde aquele está necessariamente inserido neste. Seria como um município dentro de um estado ou uma aldeia dentro de um reino, por exemplo. No entanto, para uma melhor utilização do termo, Silverman deixa claros alguns aspectos

fundamentais. Primeiro, o mediador é um indivíduo que reúne em si (portanto são atributos exclusivamente pessoais e não transmissíveis) a habilidade de interagir tanto com o sistema local quanto com o nacional. Além disso, o seu poder na comunidade local está sustentado exatamente na sua exclusiva capacidade de atingir o mundo exterior e dele trazer recursos e informações necessárias para a segurança e o desenvolvimento do sistema local.⁴⁰

Nesse sentido, o mediador também funcionaria como uma espécie de “patrão” da comunidade, cujos membros podiam constituir parte de sua clientela. Conforme Carl Landé, uma relação patrão-cliente é uma “aliança diádica vertical”, uma vez que envolve duas pessoas “de *status*, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como um aliado alguém superior ou inferior a si mesmo”. O membro superior nessa aliança é o patrão e o inferior, o cliente. Essa relação é baseada na lealdade e confiança pessoal e tem como principal finalidade a troca de favores e a ajuda mútua em caso de necessidade. Por serem de camadas sociais diferentes, os benefícios trocados também são diversos. Conforme Landé, geralmente os patrões fornecem favores “materiais em espécie”, “assistência econômica” e “proteção física em tempos de emergência”, ao passo que os clientes lhe retribuem com mão de obra, apoio político e, quando necessário, serviços militares.⁴¹

Ao estudar a aproximação da elite navarra com a Corte espanhola, por exemplo, Imizcoz identificou que os mediadores ocuparam um papel central neste sistema político. “As relações de patronagem entre

a Corte e as províncias e comunidades locais foram um elemento importante da articulação política e social, tanto no Antigo Regime como no século XIX.” Nesse jogo, “os governantes buscavam apoio na Corte para conseguir mercês e privilégios vantajosos em favor de suas famílias e de suas comunidades”.⁴² O mediador utilizava suas “relações privilegiadas não somente para promover aos seus, mas também para ocupar-se do governo”. O “seu importante capital relacional e seus conhecimentos lhe conferiam uma capacidade de ação e de consecução de objetos notáveis, que fazia dele um homem necessário e buscado pelos membros da comunidade para mover seus assuntos”. Conforme Imizcoz, pessoas de fora o procuravam para intervir dentro da comunidade e pessoas da comunidade procuravam-no para intervir fora dela. Isso “reforçava sua posição ante as outras famílias de notáveis, que podiam necessitar sua mediação para ascender a certas instâncias elevadas e obter determinados favores”.⁴³

A noção de *mediador* também foi amplamente utilizada pelos micro-historiadores italianos, que buscaram compreender melhor, pela reconstrução de trajetórias de indivíduos, famílias e grupos, as relações do tipo centro-periferia na Itália pré-industrial. Para Giovanni Levi, o nascimento do Estado absolutista não se deu sem uma relação conflituosa entre o Centro e as periferias do sistema. Daí a importância de indivíduos capazes de conter ou amenizar esses embates entre os dois polos: os mediadores, que, segundo Levi, provinham dos “grupos locais de importância”.

Portanto, o mediador geralmente ocupa um papel central dentro de uma teia de relacionamentos, onde famílias estavam conectadas por redes sociais. Como o seu papel estava bastante ligado às relações de mediação entre o centro e a periferia, é necessário destacar que em regiões demasiadamente extensas não há apenas um “tipo” de mediador, uma vez que, conforme Patrícia Genovez, não existe apenas um centro e uma periferia.⁴⁴ Essa relação depende muito da escala em que se observa, pois um centro pode ser a periferia de outro centro, e assim por diante.⁴⁵ No caso aqui analisado, Osório constituiu-se num mediador em dois níveis, tanto entre a campanha e a capital, como entre o Rio Grande do Sul e a Corte.

A atuação de Osório como mediador

O papel de Osório como mediador iniciou-se logo após a Guerra dos Farrapos, quando ele começou a trabalhar nas eleições e representar o Império em negociações com os caudilhos platinos. Demostrei anteriormente como ele cobrava e encaminhava os pedidos dos eleitores aos deputados. Mas Osório não conectava apenas os habitantes da fronteira com a capital e a Corte. Como mostra Doratioto, ele também foi enviado diversas vezes para os países vizinhos com o fim de esclarecer boatos e defender os interesses da Coroa. Em 1847, por exemplo, dizia-se que o ex-farroupilha Antônio de Souza Netto viria do Uruguai com centenas de homens em direção a Pelotas e que libertaria os escravos

das charqueadas provocando uma enorme rebelião. Afrito, o presidente da província pediu a Osório para esclarecer a situação com Netto. Retornando do Uruguai, Osório acalmou a todos: “[Netto] está na sua estância trabalhando e ainda que muito respeitado, compadre e amigo de Oribe, parece cuidar só de seus negócios.”⁴⁶

O mesmo se repetia na sua comunicação com os caudilhos platinos e no respeito que possuía entre os estancieiros brasileiros que moravam no país vizinho. Segundo Doratioto, quando Osório passava por Montevidéu, a casa em que repousava tornava-se muito frequentada.⁴⁷ Nas Guerras contra Rosas (1851-1852) e no Paraguai, essa relação amistosa que Osório mantinha com alguns desses líderes foi muito proveitosa para o Brasil. Bartolomeu Mitre, Venâncio Flores e outros aliados platinos o estimavam muito, pois Osório compreendia o mundo dos aliados e sabia como negociar com eles. Para Caxias, o caudilho Urquiza era uma “sumidade carnavalesca” e, para o barão de Porto Alegre, os ataques de Flores não passavam de uma “fanfarronada”.⁴⁸ Osório os compreendia melhor. Ao conceder a Urquiza o direito de ser o fornecedor de cavalos do Exército, Osório cooptou o caudilho argentino concedendo-lhe uma forma de obter lucros e neutralizou uma possível aliança deste com Lopez. Além dessa habilidade, Osório resolvia muitos problemas recorrendo aos amigos estancieiros (militares como ele ou milicianos) espalhados pela fronteira. Um exemplo disso foi a relação de extrema confiança que possuía na sua artilharia e infantaria, onde Emílio Mal-

let, seu amigo e padrinho de casamento, o ajudava na organização das tropas.⁴⁹

Durante a campanha do Paraguai, apesar da ação decisiva de Caxias, Osório havia se tornado um ponto de equilíbrio entre as forças aliadas. Em 1866, o Conselho de Estado propôs o adiamento das eleições no Rio Grande do Sul para que não dificultassem o recrutamento. Deputados rio-grandenses rechearam as páginas dos jornais e dos anais parlamentares da época reclamando de uma suposta perseguição por parte do Império. Alguns historiadores acompanharam a indignação do discurso dessas elites, enxergando a eterna rivalidade entre a corte e província, mas o fato é que tal medida era necessária. O próprio Osório reclamou várias vezes aos ministros e a Caxias da excessiva e prejudicial politização entre as tropas. Numa carta a Caxias desabafou que “todos os partidos se representam nesta massa paisana”.⁵⁰ No Rio Grande do Sul, quando as eleições foram restabelecidas em 1868, Osório, que era chefe do Partido Liberal na província, manifestou que não iria trabalhar nas mesmas. O fato de os conservadores terem vencido com unanimidade indica que os homens de seu partido também acompanharam a sua trégua momentânea.⁵¹

Mas acabada a guerra, o liberal Osório começou a agir. Em dezembro de 1871, o conde de Porto Alegre manifestou-se afirmando que Osório, depois do imperador, era o “cidadão mais prestigioso do Brasil” e escreveu-lhe perguntando se os liberais deveriam participar das eleições.⁵² Emprestando a sua popularidade às candidaturas dos aliados, Osório ajudou a tornar o

Partido Liberal hegemônico na década de 1870, ou seja, à revelia dos gabinetes conservadores. Os deputados desse partido indignavam-se com a força de Osório. Em 1871, o visconde da Graça escrevia ao barão de São Borja reclamando: “O Sr. Marquês do Herval aqui se acha recebendo as ovações e obséquios dos porto-alegrenses, que os jornais, mais ou menos pomposamente levaram ao conhecimento do meu nobre amigo. Há dias, pois, que estas cabeças só cuidam de folia.”⁵³ Em 1876, outro deputado conservador foi até a Corte reclamar ao duque de Caxias, mas não deve ter gostado da resposta que recebeu: “A política do Governo vai até Santa Catarina; no sul está o velho Osório; nem o Governo quer desgostá-lo, nem os senhores podem com ele; o melhor é deixarmos que as coisas marchem como vão.”⁵⁴

Conforme Doratioto, as vitórias do Partido Liberal após a Guerra do Paraguai foram, principalmente, fruto do empenho de Osório e de sua grande popularidade. Portanto, a hegemonia do Partido Liberal não era fruto do “desejo irresistível de autonomia” dos rio-grandenses ou de sua vocação para a liberdade.⁵⁵ A afirmação de que o Partido Liberal era representante dos estancieiros da região da Campanha não possui sustentação empírica. Em pesquisa anterior demonstrei que, proporcionalmente, o Partido Conservador reservava mais espaço aos deputados da região da Campanha do que o Liberal. Municípios como Alegrete e São Gabriel eram um forte reduto saquarema, mas, como defendi, tais indicadores não são visíveis nas fontes parlamentares. Aliás, não existia nenhum

motivo em nível discursivo ou qualquer outro que inviabilizasse a filiação de um estancieiro da Campanha à política conservadora.⁵⁶

Tal prestígio político fez Osório ser eleito senador em 1877, mesmo ano em que foi promovido a marechal. Em 1878, ao assumir o Ministério da Guerra, as primeiras medidas de Osório foram direcionadas ao favorecimento dos amigos e familiares. Fez do genro vice-presidente da província e de um sobrinho, presidente; do filho mais velho e de outro sobrinho, deputados; do cunhado, comandante da Guarda Nacional e diretor do Banco da Província. Seu padrinho de casamento foi alçado ao Comando da Fronteira de Quaraí e Livramento e, posteriormente, das Armas da província. O sogro de seu filho, um charqueador muito rico de Pelotas, recebeu o título de barão de Butuí. E aqui cabe mencionar que a forma como Osório casou seus filhos o inseriu numa teia de famílias ricas e poderosas de Pelotas. Ele se tornou parente dos barões de Jarau, do Butuí e de Arroio Grande (todos ricos estancieiros e charqueadores), que, por sua vez, os ligavam aos Antunes Maciel e aos Tavares (poderosas famílias do sul da província) e aos descendentes do comendador Cipriano Barcellos – também de uma família de charqueadores de Pelotas.⁵⁷

Entretanto, como senador e ministro, Osório também se empenhou em conquistar melhorias para o Exército e para os habitantes da província. Batalhou pelas estradas de ferro, telégrafos, aumento de soldo para a cavalaria, sempre argumentando sobre os perigos da fronteira com o

Prata. Aliás, essa sempre foi uma fonte de barganha dos estancieiros rio-grandenses junto ao Império, que, sempre receoso das invasões caudilhescas, atendeu muitos dos pedidos.⁵⁸ Portanto, Osório não precisava mais dos seus deputados para encaminhar pedidos, pois ele mesmo os fazia diretamente. E do Rio de Janeiro, o marechal continuava a orientar estancieiros de como votarem, como exemplifica a carta a Diniz Dias Filho: “Peço a V. S.^a licença para expender minha opinião a respeito da chapa que se deve organizar.” A carta trazia a lista tríplice dos candidatos ao Senado, que eram: visconde de Pelotas, Luis da Silva Flores e Gaspar Silveira Martins. Osório concluía: “Estimarei que esta minha opinião mereça a aprovação de V. S.^a e de nossos amigos.”⁵⁹

Conclusão

Mesmo com as restrições que buscavam profissionalizar as carreiras militares e afastá-los da política, o Rio Grande do sul continuou a eleger militares, o que demonstra o seu prestígio e o seu potencial eleitoral na província. A íntima relação entre política e militarismo no Rio Grande do Sul pode ser notada pelo simples fato de que, juntamente com Santa Catarina, foram as únicas províncias a elegerem senadores militares nas últimas décadas da monarquia. Já me referi ao fato de que os rio-grandenses eram lembrados para ocupar o Ministério da Guerra. Soma-se a isto o fato de que o Rio Grande do Sul era a província que mais formava jovens nas escolas militares e a província que mais

contribuiu com soldados para a Guerra do Paraguai.⁶⁰

Boa parte dos oficiais cavalarianos desse conflito também eram rio-grandenses e muitos eram filhos e netos de homens que haviam lutado nas outras tantas guerras no Prata. Em suma, o Rio Grande do Sul havia surgido sob acampamentos, fortes e quartéis e mesmo que muitos estancieiros não fossem militares, como enfatiza Luís Augusto Farinatti, o estancieiro-militar exercia enorme influência neste mundo fronteiriço. Numa sociedade em que a guerra era quase endêmica, os líderes militares que surgiam acabavam transferindo todo o seu “cabedal militar” para a liderança política. À semelhança dos caudilhos do Prata, os cavalarianos rio-grandenses mobilizavam soldados, votantes e peões e as autoridades centrais precisavam do seu apoio para governar a província.⁶¹

O estudo da trajetória de um indivíduo como Osório ajuda não somente a entender a política no Rio Grande do Sul, como também a refletir sobre o sistema político imperial. Nos últimos anos, algumas pesquisas vêm demonstrando como a elite política da Corte não estava descolada das elites provinciais e locais. Richard Graham mostrou que, muito embora não participassem da alta política, os grandes proprietários de terra garantiam a continuidade dos partidos e moviam a engrenagem do sistema lutando com as facções rivais nas eleições e exigindo favores políticos em troca.⁶² Maria Fernanda Martins revelou como os conselheiros de Estado estavam imersos em uma profunda rede de parentesco, que vinculava os interesses do governo central com as de seus parentes

mais distantes.⁶³ Miriam Dolhnikoff também demonstrou como as elites provinciais foram agentes ativos na construção do Estado Imperial defendendo seus interesses na Câmara dos Deputados.⁶⁴

A análise da trajetória de Osório revela como esses políticos construíam sua legitimidade, com uma face voltada para a sua comunidade e outra voltada para o mundo exterior. Responsáveis por conectar estes dois mundos, eles captavam recursos materiais e imateriais para sua clientela e garantiam o funcionamento do sistema político imperial, o que não acontecia sem conflitos. A lógica do sistema dependia tanto da troca de gabinetes executada pelo governo central, quanto das negociações entre candidatos e proprietários de terra. Na tentativa de contribuir com a historiografia acerca do tema, busquei no presente texto articular ambos os mundos por meio da trajetória do marechal, marquês e senador Osório.

Marshall, marquis and senator
Politics, war and nobility in the
Second Empire from the trajectory
of general Osório (1808-1879)

Abstract

Rio Grande do Sul was erected under a border reality and belligerent, whose warlords have had since the eighteenth century, an important influence on local society. This historical process has resulted in a political elite who had strong family ties with senior military officers. Of wealthy families, many also were honored with titles of

nobility by the Emperor. Manoel Luiz Osório (1808-1879) was the only time a Senator, Marquis and Marshall, or occupying the top political elite, nobility and military. This paper aims to investigate the trajectory and uses it to analyze how regional elites participate in the world of high politics that linked the province with the world of the Court – in Rio de Janeiro.

Key words: General Osorio. Paraguayan war. Elite politics.

Notas

- 1 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial e teatro de sombras - a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 133-138.
- 2 VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- 3 O conservador Antônio Ferreira Vianna era riograndense e foi ministro da Justiça em 1888. Entretanto, fazia trinta anos que havia migrado para o Rio de Janeiro, província pela qual foi deputado e construiu toda a sua carreira política.
- 4 VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit.
- 5 CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- 6 DORATIOTO, Francisco. *General Osório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 23-28.
- 7 Para melhores detalhes ver VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit. Em especial o capítulo terceiro.
- 8 Osório só tomaria assento num Parlamento no fim dos anos 1870, quando se tornou senador. Durante anos foi convidado tanto para a deputação provincial quanto para a geral, mas sempre recusou, alegando ser o Parlamento para doutores, não para ele, como revelou seu filho Fernando. DORATIOTO, Francisco. Op. cit., p. 79.
- 9 DORATIOTO, Francisco. Op. cit., p. 79-80.
- 10 Em 1852, Osório juntou-se a Oliveira Bello, Jacintho de Mendonça, Felipe Nery e outros na chamada Contra-Liga – facção política que unia antigos legalistas e liberais com a hegemonia destes últimos. O grupo foi organizado para fazer oposição à Liga, facção que também unia liberais e antigos legalistas, mas com o predomínio destes últimos e

- sob a forte direção de Pedro Chaves. Para maiores detalhes ver OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1894. v. 1.
- ¹¹ Carta de Luis Bello a Manuel Osório, Porto Alegre, 28.10.1855. OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 573.
- ¹² Carta de Felipe Nery a Manuel Osório, Porto Alegre, novembro de 1855. OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 573-574.
- ¹³ Carta de Manuel Osório a Félix da Cunha, Bagé, março de 1860. OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 662-663. Apesar de enfatizar a questão do ideário liberal, os eleitores continuaram a seguir as pessoas e a trajetória do próprio Osório demonstra isso.
- ¹⁴ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 679-680. Gaspar havia sido juiz municipal na Corte e recém-nomeado substituto de juiz de direito de duas varas criminais na mesma localidade.
- ¹⁵ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 680.
- ¹⁶ Carta de Silveira Martins a Manuel Osório, Rio de Janeiro, 21.02.1862. OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 681.
- ¹⁷ Carta de Miguel Barcellos a Manoel Osório. Pelotas, 06.12.1860. OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 669.
- ¹⁸ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 623-625.
- ¹⁹ Carta de Joaquim José da Cruz Secco a Manoel Luís Osório. 23.11.1849. OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 451.
- ²⁰ Para maiores detalhes ver VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit.
- ²¹ Carta de Félix da Cunha a Manoel Osório. Rio Grande, 20.04.1861. OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 671.
- ²² Carta de Borges Fortes ao Barão de São Borja. São Gabriel, 26.12.1876. Lata 446, pasta 61, carta 1 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- ²³ Nesse sentido, minhas ideias encontram importante base na obra de GRAHAM, Richard. *Clietelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- ²⁴ Os principais trabalhos que seguem este tipo de abordagem são os de PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974; GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a reação liberal através da sua imprensa*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1979; PERURENA, Fátima Cristina Vieira. *A consciência conservadora através da imprensa*. Monografia. IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1985; ISAIA, Arthur. *A imprensa liberal rio-grandense e o regime eleitoral do Império: 1878-1889*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1988; ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1998; CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- ²⁵ GUTFREIND, Ieda. Op. cit., p. 12-13.
- ²⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. 4. ed. Porto Alegre: Edufrgs, 1996. p. 26.
- ²⁷ PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 55.
- ²⁸ Nesta ocasião, Osório saiu fortalecido. Joseph Love foi um dos poucos autores que ofereceram um maior espaço para o papel político de Osório. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- ²⁹ CHACON, Vamireh. Osório: o cidadão-soldado. In: SENADO FEDERAL. *O senador Manuel Luiz Osório: marquês do Herval: introdução, síntese biográfica e textos selecionados*. Brasília: Senado Federal, 1982. p. 13.
- ³⁰ DORATIOTO, Francisco. Op. cit., 228-229.
- ³¹ Ver, por exemplo, a forma como a família Ribeiro de Almeida articulava-se fora do Parlamento. VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit. Em especial o capítulo terceiro.
- ³² CARVALHO, José Murilo. Op. cit.
- ³³ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- ³⁴ CASTRO, Celso. Op. cit., p. 20.
- ³⁵ COSTA, Wilma Perez. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ³⁶ MAGALHÃES, J. B. *Osório: Síntese de seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977, p. 96-98.
- ³⁷ MAGALHÃES, J. B. Op. cit., 122.
- ³⁸ VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit.
- ³⁹ COSTA, Wilma. Op. cit., p. 209. Uma minuciosa comparação entre a trajetória de Osório e Caxias pode ser vista em SOUZA, Adriana Barreto de. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório*. *Topói*, Rio de Janeiro: UFRJ-PPGHIS, v. 10, n. 19, p. 90-111, jul./dez. 2009.
- ⁴⁰ SILVERMAN, SILVERMAN, Sydel F. *Patronage and community-nation relationships in central Italy*. In: SCHMIDT, S. W. (Ed.). *Friends, followers and factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of Califórnia, 1977. p. 293-304.
- ⁴¹ LANDÉ, Carl H. *A base diádica do clientelismo*. In: SCHMIDT, S. W. et. al. (Ed.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia

- Press, 1977. p. 19-20 (tradução utilizada por Luiz Alberto Grijó para fins didáticos).
- ⁴² IMIZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes familiares en la monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen* (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001. p. 248.
- ⁴³ IMIZCOZ, José María. Op. cit., p. 250.
- ⁴⁴ Nesse sentido, as características básicas da função de mediador são as mesmas, mas os atributos reunidos sob o indivíduo, os seus poderes políticos e a sua capacidade de influir nos diferentes sistemas são diversos.
- ⁴⁵ GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 2003. p. 187-188.
- ⁴⁶ DORATIOTO, Francisco. Op. cit., p. 87-88.
- ⁴⁷ DORATIOTO, Francisco. Op. cit., p. 108.
- ⁴⁸ IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002. p. 99; COSTA, Wilma. Op. cit., 1996, p. 178.
- ⁴⁹ MAGALHÃES, J. B. Op. cit., p. 107.
- ⁵⁰ MAGALHÃES, J. B. Op. cit., 121.
- ⁵¹ VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit.
- ⁵² DORATIOTO, Francisco. Op. cit., p. 207.
- ⁵³ Carta de João Simões Lopes (Visconde da Graça) ao barão de São Borja (Vitorino Carneiro Monteiro). Porto Alegre, 02.08.1871. Lata 450, pasta 7, carta 2. Arquivo do Barão de São Borja. IHGB.
- ⁵⁴ MAGALHÃES, J. B. Op. cit., p. 285.
- ⁵⁵ CARNEIRO, Newton. Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria M. *História geral do Rio Grande do Sul: Império*. Porto Alegre: Méritos, 2007. v. 2, p. 125-137.
- ⁵⁶ Para maiores detalhes ver VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit.
- ⁵⁷ CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937. p. 107-110. Para uma análise de como as famílias charqueadoras estavam profundamente vinculadas por laços de parentesco ver VARGAS, Jonas Moreira. A elite charqueadora de Pelotas (1850-1890): algumas notas sobre as suas estratégias familiares e a transmissão de propriedade. In: GARCIA, Graciela B. (Org.). *Anais do II Encontro do GT de História Agrária (AnpuhRS)*. Porto Alegre, 2009. p. 1-20. CD-ROM.
- ⁵⁸ Uma boa síntese dos projetos defendidos por Osório na Corte podem ser vistas em Senado Federal. Op. cit.
- ⁵⁹ Carta do marquês do Herval ao barão de São Jacob. Rio de Janeiro, 11.09.1879. Arquivo do Barão de São Jacob - AHRs.
- ⁶⁰ VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit.
- ⁶¹ Sobre o referido “cabedal militar” e os comandantes militares na fronteira ver FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- ⁶² GRAHAM, Richard. Op. cit.
- ⁶³ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- ⁶⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1998.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

CARNEIRO, Newton. Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria M. *História geral do Rio Grande do Sul: Império*. Porto Alegre: Méritos, 2007. v. 2. p. 125-137.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial e teatro de sombras - a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.
- CHACON, Vamireh. Osório: o cidadão-soldado. In: SENADO FEDERAL. *O senador Manuel Luiz Osório: Marquês do Herval: introdução, síntese biográfica e textos selecionados*. Brasília: Senado Federal, 1982.
- COSTA, Wilma Perez. *A espada de Dâmo-cles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. *General Osório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Edufrgs, 1996.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 2003.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896. A proclamação da República e a reação liberal através da sua imprensa*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1979.
- IMIZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes familiares en la monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las élites baztanesas en el siglo XVIII. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001. p. 248.
- ISAIA, Arthur. *A imprensa liberal rio-grandense e o regime eleitoral do Império: 1878-1889*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1988.
- IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.
- LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. In: SCHMIDT, S. W. et. al. (Ed.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977. p. 19-20 (tradução utilizada por Luiz Alberto Grijó para fins didáticos).
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MAGALHÃES, J. B. *Osório: síntese de seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1894. v. 1.
- PERURENA, Fátima Cristina Vieira. *A consciência conservadora através da imprensa*. Monografia. IFCH/UFRGS, 1985.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. (Ed.). *Friends, followers and factions: a reader in political clien-*

telism. Berkeley: University of Califórnia, 1977. p. 293-304.

SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topói*, Rio de Janeiro: UFRJ-PPGHIS, v. 10, n. 19, p. 90-111, jul./dez. 2009.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte*: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. A elite charqueadora de Pelotas (1850-1890): algumas notas sobre as suas estratégias familiares e a transmissão de propriedade. In: GARCIA, Graciela B. (Org.). *Anais do II Encontro do GT de História Agrária (ANPUH-RS)*. Porto Alegre, 2009. p. 1-20. CD-ROM.